

de 27 de Outubro, e pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 151/2007, de 27 de Abril.

Atento o disposto na alínea *d*) do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o nomeado é autorizado a exercer actividade de docência no ensino superior.

A presente nomeação produz efeitos desde 1 de Maio de 2007.

5 de Julho de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

ANEXO

Curriculum vitae

Nome — António Ângelo Morão Dias.

Dados pessoais — nasceu em Vila Franca de Xira em 5 de Março de 1952.

Formação académica:

Licenciatura em Engenharia Mecânica, Universidade de Coimbra, 1975;

Diplôme d'études approfondies em Metalurgia Especial pelo Institut National de Science et Techniques Nucléaires, Universidade de Paris XI, em 1979;

Doctorat ès-Sciences physiques (doctorat d'État), Universidade de Paris XI, em 1985;

Doutoramento em Ciências de Engenharia, na área da Engenharia Mecânica, Universidade de Coimbra, em 1986.

Título académico — agregação em Engenharia Mecânica, Universidade de Coimbra, 2000.

Actividade académica e científica:

É professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;

É responsável do grupo de tensões residuais, integrante do Centro de Estudos de Materiais por Difracção de Raios-X, unidade de I&D n.º 36/94; este Centro obteve a classificação de *Excelente* na avaliação internacional promovida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, referente aos dois últimos triénios de actividades;

É responsável do grupo de controlo e gestão, grupo integrante do Centro de Estudos de Engenharia Mecânica da Universidade de Coimbra, unidade de I&D n.º 285/94, este Centro obteve também a classificação de *Excelente* na avaliação efectuada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, referente aos dois últimos triénios de actividades;

Foi e é responsável científico de um grande número de projectos de investigação e desenvolvimento, nacionais e europeus, assim como de contractos realizados com empresas industriais;

Foi orientador científico de trabalhos conducentes a provas académicas, a saber 8 teses de doutoramento, 16 teses de mestrado, 2 trabalhos de provas públicas para professor-coordenador do ensino politécnico e 3 provas de aplicação pedagógica e capacidade científica;

É autor e co-autor de cerca de 150 publicações e comunicações em revistas e congressos científicos;

Integrou várias comissões científicas e de organização de congressos científicos, nacionais e internacionais;

De 1994 a 2003 exerceu as funções de coordenador do Pólo da Figueira da Foz da Universidade Católica Portuguesa, tendo também sido director das licenciaturas em Engenharia Industrial e em Gestão Industrial;

Em 1994 foi professor convidado da École Nationale Supérieure d'Arts et Métiers, em Paris;

Entre 1986 e 1988 colaborou como professor convidado, com a Escola Superior de Tecnologia de Tomar.

Outras actividades:

Durante a sua estada em França, de 1975 a 1994, colaborou com vários laboratórios e associações científicas e técnicas, de entre as quais o Laboratoire de Métallurgie Physique, da Universidade de Paris XI, o Institut de Recherche de la Sidérurgie Française, a Société française de Métallurgie e a Association Technique de la Sidérurgie;

Em Portugal, tem colaborado nos últimos anos com diversas instituições das quais se realça a Ordem dos Engenheiros, o Centro Tecnológico de Cerâmica e do Vidro, a Fundação das Universidades Portuguesas e o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos;

É membro da comissão executiva da Federação Ibero-Americana de Engenharia Mecânica;

Director-geral do Ensino Superior desde 5 de Fevereiro de 2004.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 17 114/2007

1 — Com a publicação dos diplomas que concretizam o processo de reorganização dos serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros, consagrado no Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a nova estrutura orgânica do Ministério, determina-se a manutenção das comissões de serviço dos seguintes titulares de cargos de direcção superior de 2.º grau:

1) Secretário-geral-adjunto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, ministro plenipotenciário de 1.ª classe Luís Manuel Barreira de Sousa;

2) Directora-adjunta do Departamento-Geral de Administração conselheira de embaixada Rosa Maria Bettencourt Amarante de Ataíde Batóreu Salvador e Brito.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

19 de Junho de 2007. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 17 115/2007

O crescente compromisso de Portugal com uma presença activa na vertente multilateral da política externa nacional, nomeadamente na área do turismo, é uma posição claramente assumida pelo actual Governo.

Tal atitude traduz-se no empenho em assegurar a realização das reuniões, a assunção de candidaturas relevantes para o interesse nacional no âmbito da Organização Mundial do Turismo (OMT) e a concretização das mesmas.

O acompanhamento das questões nos foros internacionais e, designadamente, na sede da OMT em Madrid assume grande importância, tanto do ponto de vista do turismo nacional como internacional.

É crescente a relevância e a afirmação de Portugal nesta área a nível internacional e essencial o diálogo permanente entre o governo português e a OMT, tendo Portugal sido eleito para a vice-presidência do conselho executivo em Novembro de 2005 e tendo-se realizado em Portugal as comemorações do Dia Mundial do Turismo no ano de 2006.

Pela resolução n.º 5/2007, de 29 de Janeiro, publicada na 2.ª série do *Diário da República*, foi exonerado o anterior representante de Portugal na OMT.

Atendendo a que a representação do Estado em actos ou reuniões internacionais de especial importância pode ser assegurada por individualidades não pertencentes ao quadro do pessoal diplomático;

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro:

1 — Nomeio a Dr.ª Maria Teresa Quintela Pinto Bessa Pereira de Moura como representante, não residente, de Portugal junto da Organização Mundial de Turismo (OMT), em Madrid.

2 — A presente nomeação não implica o provimento de vaga na respectiva categoria da carreira diplomática.

3 — O presente despacho produz efeitos a 10 de Março de 2006.

20 de Junho de 2007. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Despacho n.º 17 116/2007

Considerando que, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, e por despacho da directora-geral da Administração e do Emprego Público de 6 de Junho de 2007, foi Vanda Patrícia Peixoto da Cruz afecta ao quadro transitório criado na Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público;

Considerando o interesse manifestado pela Direcção-Geral dos Impostos na integração da referida funcionária no seu quadro de pessoal;

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, determina-se:

1 — A integração da funcionária Vanda Patrícia Peixoto da Cruz na situação jurídico-funcional de técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior, escalão/índice 1/400, em lugar a crescer

automaticamente ao quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos.

2 — A integração produz efeitos a 29 de Junho de 2007.

26 de Junho de 2007. — A Directora-Geral da Administração e do Emprego Público, *Teresa Nunes*. — O Director-Geral dos Impostos, *Paulo Moita de Macedo*.

Despacho n.º 17 117/2007

Considerando que, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, e por despacho da directora-geral da Administração e do Emprego Público de 6 de Junho de 2007, foi Nuno Miguel Luz do Carmo afecto ao quadro transitório criado na Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público;

Considerando o interesse manifestado pela Direcção-Geral dos Impostos na integração do referido funcionário no seu quadro de pessoal:

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, determina-se:

1 — A integração do funcionário Nuno Miguel Luz do Carmo na situação jurídico-funcional de técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior, escalão/índice 1/400, em lugar a acrescer automaticamente ao quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos.

2 — A integração produz efeitos a 29 de Junho de 2007.

26 de Junho de 2007. — A Directora-Geral da Administração e do Emprego Público, *Teresa Nunes*. — O Director-Geral dos Impostos, *Paulo Moita de Macedo*.

Despacho n.º 17 118/2007

Considerando que, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, e por despacho da directora-geral da Administração e do Emprego Público de 6 de Junho de 2007, foi Cristiana Moreira Gonçalves afecto ao quadro transitório criado na Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público;

Considerando o interesse manifestado pela Direcção-Geral dos Impostos na integração da referida funcionária no seu quadro de pessoal;

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, determina-se:

1 — A integração da funcionária Cristiana Moreira Gonçalves em lugar a acrescer automaticamente ao quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior, escalão 1, índice 400.

2 — A integração produz efeitos a 29 de Junho de 2007.

28 de Junho de 2007. — A Directora-Geral da Administração e do Emprego Público, *Teresa Nunes*. — O Director-Geral dos Impostos, *Paulo Moita de Macedo*.

Despacho n.º 17 119/2007

Considerando que, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, e por despacho da directora-geral da Administração e do Emprego Público de 6 de Junho de 2007, foi Manuel Azevedo Faria Carvalho afecto ao quadro transitório criado na Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público;

Considerando o interesse manifestado pela Direcção-Geral dos Impostos na integração do referido funcionário no seu quadro de pessoal;

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, determina-se:

1 — A integração do funcionário Manuel Azevedo Faria Carvalho em lugar a acrescer automaticamente ao quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior, escalão 1, índice 400.

2 — A integração produz efeitos a 29 de Junho de 2007.

28 de Junho de 2007. — A Directora-Geral da Administração e do Emprego Público, *Teresa Nunes*. — O Director-Geral dos Impostos, *Paulo Moita de Macedo*.

Despacho n.º 17 120/2007

Considerando que, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, e por despacho da directora-geral da Administração e do Emprego Público de 6 de Junho de 2007, foi Joana Margarida de Figueiredo Luís afecto ao quadro transitório criado na Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público;

Considerando o interesse manifestado pela Direcção-Geral dos Impostos na integração da referida funcionária no seu quadro de pessoal:

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, determina-se:

1 — A integração da funcionária Joana Margarida de Figueiredo Luís na situação jurídico-funcional de técnico superior de 2.ª classe

da carreira técnica superior, escalão/índice 1/400, em lugar a acrescer automaticamente ao quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos.

2 — A integração produz efeitos a 29 de Junho de 2007.

28 de Junho de 2007. — A Directora-Geral da Administração e do Emprego Público, *Teresa Nunes*. — O Director-Geral dos Impostos, *Paulo Moita de Macedo*.

Despacho n.º 17 121/2007

Considerando que, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, e por despacho da directora-geral da Administração e do Emprego Público de 6 de Junho de 2007, foi Isabel Maria Neves dos Santos Carvalho afecto ao quadro transitório criado na Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público;

Considerando o interesse manifestado pela Direcção-Geral dos Impostos na integração da referida funcionária no seu quadro de pessoal:

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, determina-se:

1 — A integração da funcionária em lugar a acrescer automaticamente ao quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, na seguinte situação jurídico-funcional:

Isabel Maria Neves dos Santos Carvalho — carreira técnica superior categoria de técnico superior de 2.ª classe — escalão 1, índice 400.

2 — A integração produz efeitos a 29 de Junho de 2007.

28 de Junho de 2007. — A Directora-Geral da Administração e do Emprego Público, *Teresa Nunes*. — O Director-Geral dos Impostos, *Paulo Moita de Macedo*.

Despacho n.º 17 122/2007

Considerando que, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, e por despacho da directora-geral da Administração e do Emprego Público de 6 de Junho de 2007, foi Luís José dos Santos Cheta da Silva afecto ao quadro transitório criado na Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público;

Considerando o interesse manifestado pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo na integração do referido funcionário no seu quadro de pessoal:

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, determina-se:

1 — A integração do funcionário Luís José dos Santos Cheta da Silva na situação jurídico-funcional de técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior, escalão/índice 1/400, em lugar a acrescer automaticamente ao quadro de pessoal da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo.

2 — A integração produz efeitos a 29 de Junho de 2007.

28 de Junho de 2007. — A Directora-Geral da Administração e do Emprego Público, *Teresa Nunes*. — O Director-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, *Luís da Silva Lago*.

Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público

Despacho n.º 17 123/2007

Considerando que, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, e por despacho da directora-geral da Administração e do Emprego Público de 6 de Junho de 2007, foi Ana Margarida Rodrigues de Oliveira Machado afecto ao quadro transitório criado na Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público;

Considerando o interesse manifestado pela Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público na integração da referida funcionária no quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral da Administração Pública;

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, determina-se:

1 — A integração da funcionária Ana Margarida Rodrigues de Oliveira Machado em lugar a acrescer automaticamente ao quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral da Administração Pública, na categoria de técnica superior de 2.ª classe da carreira técnica superior, escalão 1, índice 400.

2 — A integração produz efeitos a 29 de Junho de 2007.

29 de Junho de 2007. — A Directora-Geral da Administração e do Emprego Público, *Teresa Nunes*.